

AS REFORMAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO SOB A ÉGIDE DOS DITAMES ECONÔMICOS

Siméia Oliveira Nunes Bezerra¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Iracema Oliveira Lima²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Resumo: Este trabalho discute o atual contexto das universidades brasileiras diante das mudanças ocorridas nas últimas décadas, no cenário político e econômico, considerando o alinhamento dos governos com os ideais neoliberais e com as políticas propostas pelo Banco Mundial. Nesse sentido, busca-se entender como ocorreu a reformulação do Ensino Superior e como essas mudanças foram forjadas a partir de uma perspectiva de universidade comprometida com as necessidades econômicas que preparam mão de obra para o mercado de trabalho. A pesquisa está em processo de investigação e será realizada por meio de pesquisa bibliográfica e análise dos documentos produzidos pelo Banco Mundial para subsidiar o referido trabalho.

Palavras-Chave: Banco Mundial; Reformas do Ensino Superior; Universidades Brasileiras.

Introdução

Discussões acerca de alterações no cenário político e econômico de um país são sempre pertinentes e relevantes, principalmente quando envolvem o campo educacional. Pensar meios que possibilitem avanços na qualidade, no acesso e na estrutura educacional é fundamental em um país com registro de que a grande maioria da sua população é composta de analfabetos funcionais e que uma parcela significativa ainda não tem acesso à Educação Superior. Segundo Neves e Costa (2012) “a educação é uma ferramenta capaz de desenvolver as potencialidades de um indivíduo” assim, partilhamos da posição que defende o Estado enquanto provedor da educação pública da sociedade brasileira, em conformidade com o princípio constitucional que expressa a educação como direito de qualquer cidadão.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas Públicas para a Educação Superior (PPES/UESB); Técnica Universitária/UESB; Email: simeianunes@uesb.edu.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Professora do Departamento de História e do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas Públicas para a Educação Superior (PPES/UESB). E-mail: iracema965@hotmail.com

Contrário a essa posição, entendemos que o Estado brasileiro tem intensificado e aprofundado o alinhamento com os ideais neoliberais que advogam o princípio do Estado mínimo para o social e máximo para o capital; orientação essa que caminha na contramão de direitos sociais anteriormente conquistados. Entendendo a educação como direito para todos e considerando o caminho percorrido ao longo da história, com conquistas alcançadas em grande parte por reivindicações e lutas dos movimentos sociais, é indispensável avaliar, considerando as tendências e aproximações, qual o objetivo e as expectativas por trás dessas mudanças.

As perspectivas para a Educação Superior pautadas em uma concepção gerencialista levam-nos a inquirir quais intencionalidades fundamentam a aplicação de um modelo institucional que reserva essa modalidade de educação a uma elite intelectual, como afirmou o Ministro da Educação Ricardo Veléz (PASSARELLI, 2019). Segundo o Ministro é necessário atender a demanda de parte da população que busca por uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, não sendo necessário para tanto, percorrer o Ensino Superior. A ideia é expandir o Ensino Médio na modalidade técnica, possibilitando um retorno financeiro mais rápido por meio de reserva de mão de obra contínua, assegurando maior conforto para o empregador que terá à sua disposição trabalhadores ávidos por emprego, independente das condições de trabalho.

Nesse sentido, esse trabalho analisará o paradigma que orienta a Educação Superior no país e como o avanço dos ideais neoliberais pode impor um movimento que contrapõe a visão de educação firmada no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. A partir dessa abordagem, deseja-se entender como as Reformas Educacionais das últimas décadas estabeleceram mudanças que submetem o Ensino Superior às determinações econômicas e quais os impactos dessa nova estrutura para a educação no país.

Na década de 1990 as Reformas Neoliberais implementadas no país seguiram a tendência mundial, que advogava a superação da crise do capital e propõe entre outros a privatização de empresas estatais, o ajuste fiscal, a diminuição do papel do Estado e a abertura comercial. Essas Reformas foram fortemente implementadas, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que teve um ministério próprio, sob o comando do ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, para realizar a Reforma do Aparelho do Estado.

A crise econômica que se iniciou no Brasil a partir da década de 1990, e que já estava em curso em outras partes do mundo desde os anos 1970, segundo Bresser-Pereira

(1998, p. 52) ocorreu porque o “Estado tentou ignorar a distinção entre ele próprio e a sociedade civil, ao pretender substituir o mercado ao invés de complementá-lo”. Bresser-Pereira ainda afirmara que a causa principal da crise econômica já não era a mesma da década de 1930 diante da insuficiência crônica por demanda ou a aceleração do processo tecnológico, mas era causada especificamente por razão da crise do Estado, pois,

O Estado entra em crise fiscal, perde em graus variados o crédito público, ao mesmo tempo que vê sua capacidade de gerar poupança forçada a diminuir, senão a desaparecer, a medida que a poupança pública, que era positiva, vai se tornando negativa. Em consequência a capacidade de intervenção do Estado diminui dramaticamente. O Estado se imobiliza. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 54).

Desse modo, a visão do Ministro que esteve à frente do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) no governo de FHC era de que “o Estado de agente do desenvolvimento, se transformava em seu obstáculo” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 55). A partir dessa compreensão, as ideias centrais que subsidiaram os novos planos da Reforma tinham como justificativa o desenvolvimento econômico do país e a superação da crise, amparadas na necessidade de diminuição do Estado.

Nesse sentido, diversas ações foram implementadas por meio de Planos, Programas, Leis e Decretos que reduziam o papel do Estado, no intuito de torná-lo mínimo para o social e máximo para o capital. A partir dessa visão, o governo reforçava a importância em se manter uma economia forte a partir de uma perspectiva gerencialista que buscava uma reestruturação produtiva no cenário macroeconômico, com substantivas mudanças nas relações entre o trabalho e o capital (ARAÚJO, 2016). Para o Ministro todos os planos adotados para a superação da crise seriam capazes de reverter a situação e alcançar um Estado forte, eficiente e competitivo, uma vez que:

O resultado dessa Reforma será um Estado mais eficiente, que responda quem de fato deva responder: o cidadão. Logo, será um Estado que estará agindo em parceria com a sociedade e de acordo com seus anseios. Será um Estado menos voltado para a proteção e mais para a promoção da capacidade de competição. (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 90).

O discurso adotado para a implementação da Reforma demonstrava claramente um alinhamento com os ideais neoliberais e reforçava a importância em atender as demandas do

mercado capitalista, uma visão de superação da crise econômica a partir da redução do papel do Estado e do fortalecimento da economia .

No tocante à educação, os planos para a Reforma passaram a ser implementados a partir das orientações de documentos do Banco Mundial (BM) que tratavam especificamente sobre o Ensino Superior a partir de uma visão de educação atrelada à dimensão econômica, como apresenta Borges (2010), ao afirmar que a análise do BM acerca da crise do Ensino Superior enfatiza questões econômicas, sendo tratada como um problema financeiro a partir da crise fiscal do Estado. Nesse sentido, o Banco Mundial (1995) evidencia que:

No obstante la importancia evidente de la enseñanza superior en el crecimiento económico y el desarrollo social, las inversiones del sector experimentan crisis a nivel mundial en los países industriales y en desarrollo. La educación terciaria depende considerablemente del financiamiento fiscal en todos los países, y los costos unitarios son elevados en relación con otros subsectores del sistema educacional. En una época de restricciones fiscales generalizadas, los países tanto industrializados como en desarrollo se esfuerzan por resolver el problema de cómo conservar o mejorar la calidad de la enseñanza superior cuando al mismo tiempo se restringen los presupuestos para la educación, particularmente los gastos por estudiante. (BANCO MUNDIAL, 1995, p.18)

As orientações desconsideram o papel e a função social da universidade na sociedade contemporânea, mas enfatiza a sua importância para o desenvolvimento econômico e as necessidades de competitividades da economia capitalista. Acerca do Banco Mundial, Dourado (2002) afirma que:

[...] é notório o papel que esse organismo exerce no âmbito educacional na América Latina e, particularmente, no Brasil ao difundir, entre outras medidas, em seus documentos uma nova orientação para a articulação entre educação e produção do conhecimento, por meio do binômio privatização e mercantilização da educação. Das orientações gerais do Banco Mundial é possível depreender a prescrição de políticas educacionais que induzem as reformas concernentes ao ideário neoliberal, cuja ótica de racionalização do campo educativo deveria acompanhar a lógica do campo econômico sobretudo, a partir da adoção de programas de ajuste estrutural. (DOURADO, 2002, p. 238).

A visão defendida pelo Banco era de que suas “recomendações” subsidiariam países em desenvolvimento, os quais atravessavam por crise no Ensino Superior. Neste esteio, propunha uma série de orientações condensadas em um documento publicado no ano de 1995 intitulado *“La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*

(1995)”. Entretanto, nesse documento verificava-se um total direcionamento às políticas que primavam pelo desenvolvimento econômico do país, a partir das exigências de acumulação do capital ao indicar, entre outras recomendações, a diferenciação institucional, diversificação das fontes de financiamento, redução do papel do Estado e as políticas para a qualidade e equidade. (BORGES, 2010).

As Reformas propostas pelo BM implicavam, principalmente na redução de financiamento público às instituições de Ensino Superior, apontando à necessidade de novas fontes de financiamento e ratificando a diminuição do papel do Estado nesse segmento. Desse modo, verifica-se que a proposta de redução de investimentos está atrelada à visão capitalista que implica em uma tendência ao lidar com a formação educacional, a partir dos conceitos de eficiência e competitividade. Ao analisar as recomendações expostas no referido documento percebe-se o alinhamento das ações do governo brasileiro com a visão deste órgão financiador. A partir da metade da década de 1990 e início do novo século verificam-se várias políticas da educação brasileira, seguindo o receituário neoliberal proposto pelo organismo internacional.

Vale mencionar, também, como proposta do BM para a Reforma do Ensino Superior a necessidade de buscar por novas formas de diferenciação das Instituições de Ensino Superior, de maneira que se afastassem do modelo humboldtiano de universidade de pesquisa, uma vez que esse modelo representava uma forma excessivamente cara e insustentável para a manutenção pelo Estado, como afirmam Silva Jr. e Sguissardi (2001) acerca dos pressupostos que fundamentaram a Reforma da Educação Superior e, conseqüentemente, nos aproximasse do modelo dos *college* norte-americano. Nesse sentido, a orientação proposta foi para uma diversificação das instituições de maneira que tivessem o foco no ensino, contrapondo-se à própria Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 5.540, de 1968, que previam a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa.

O modelo europeu de universidade de pesquisa, na visão do Banco, representava um custo maior para o Estado, além de não preparar adequadamente os universitários para o mercado de trabalho. Segundo Sguissardi (2015), o documento do Banco Mundial ao apontar para a crise fiscal sugere que um dos motivos do déficit do Estado ocorre como consequência do suposto suporte excessivo de fundo público à Educação Superior, especialmente às universidades de pesquisa de modelo europeu (humboldtiano).

As recomendações do Banco Mundial são estabelecidas a partir da justificativa do alto custo necessário para manter nosso modelo de Ensino Superior, ratificando a urgência da realização de ajustes fiscais, uma vez que o Ensino Superior e a economia de um país estão diretamente relacionados, sendo o desenvolvimento do primeiro necessário para se avançar na produtividade do mercado e alavancar um crescimento econômico mais alto. Além disso, o documento do Banco Mundial (1995) reforça que:

En el último decenio varios países de la OCDE han reaccionado a la crisis de financiamiento adoptando políticas innovadoras destinadas a aumentar La eficiencia de la enseñanza superior (por ejemplo, el uso de fórmulas de financiamiento en los Países Bajos) y estimulando el mayor financiamiento privado (como es el caso de Australia e Irlanda). (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 3).

A partir dessa lógica, o Banco define uma série de recomendações que contribuiriam para a superação da crise, mas reforça que não possui um plano apropriado a seguir e sim, um marco central que pode direcionar as Reformas. Ao longo do documento as várias orientações são propostas e alinhadas ao receituário neoliberal, sendo uma maneira de estruturar o campo educacional, a partir de uma dimensão econômica.

No cenário brasileiro, mais especificamente a partir do governo de FHC, convergindo com as orientações do Banco em virtude das recorrentes renegociações da dívida externa até o momento não auditada, conforme tenciona a Associação da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, foram implementadas diversas ações para a educação superior, as quais trataram o campo educacional de forma mercantilizada, deixando, pois, de representar um direito social para se caracterizar como um serviço ou uma mercadoria, como constata Sguissardi (2015).

Nessa perspectiva, em 1997 foram instituídos os Decretos nº 2.206 e nº 2.306. Os referidos Decretos estabeleceram que as mantenedoras das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas estivessem submetidas ao regime de legislação mercantil. Concomitante a isso, o Decreto nº 2.306/1997 regulamenta nos Artigos 1º e 7º que:

Art. 1º. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de Ensino Superior, previstas no inciso II do art. 19 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundações, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro.

Art. 7º. As instituições privadas de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem, equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual. (BRASIL, 1997).

Tal alteração evidencia o avanço das práticas neoliberais no campo da educação superior, fomentando a economia de mercado, sendo ampliada no ano de 2007 com a abertura de capital para as IES privadas na bolsa de valores. Sguissardi (2015) ao tratar sobre o tema apresenta que:

A edição desses Decretos, em 1997, vai desencadear um movimento sem precedentes de mudança estatutária e de regime administrativo do conjunto das IES privadas de 1997 a 1999: neste ano, segundo dados do Censo da Educação Superior do Inep, as IES particulares, com fins de lucro, já eram 58% do total de 905 IES privadas ou 48% do total de 1.097 públicas e privadas. Passados mais 11 anos, em 2010, as IES privadas particulares ou privado-mercantis já eram 77,8% e, hoje, possivelmente ultrapassem 80% das cerca de 2.400 IES do país. Como se observa, a mercantilização da educação superior no país, após esse passo jurídico, não irá mais deter-se. (SGUISSARDI, 2015, p. 874).

As IES privadas passaram a representar um importante segmento econômico com expressiva atuação no mercado financeiro, inclusive com financiamento público, através da venda de vagas ao Estado por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) implementados pelas Leis nº 11.096/2005 e nº 10.260/2001, respectivamente.

Em 2001, em concordância com o Art. 45 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, que determinava que “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, foi publicado o Decreto Lei nº 3.860, de 09 de julho de 2001, o qual estabelecia que a educação superior brasileira poderia se organizar em: Universidades, Centros Universitários e Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores. A partir dessas mudanças verificou-se a Reforma do Ensino Superior delimitada sob a égide dos ditames econômicos, sendo nos anos subseqüentes intensificadas por meio de uma política de amplo favorecimento ao setor privado, e de irrestrito contingenciamento de investimentos humano e financeiro no setor público.

No ano de 2002 um novo documento tratando sobre o Ensino Superior foi publicado pelo Banco Mundial com o título “*La Educacion Superior en los países endesarollo: peligros y promesas*”. O trabalho desenvolvido por um grupo de pesquisadores convocados pelo Banco e pela UNESCO tinha como propósito explorar o futuro do Ensino Superior em países em desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2000). Nesse documento percebe-se um novo discurso quanto à recomendação do Banco, cuja pauta principal é a necessidade de se priorizar a educação superior, justificando ser esta necessária para o crescimento da economia dos países em desenvolvimento. Nessa proposta, argumenta-se que a situação de crise da educação superior deve-se em grande parte em razão do Estado ter dado, nas últimas três décadas, mais atenção à educação primária em detrimento das demais.

Nesse novo discurso que prima por maiores investimentos para o Ensino Superior pautado no conhecimento, verifica-se a análise a partir da abordagem dos seguintes temas:

Novas necessidades e demandas sociais para a educação superior; o interesse público na educação superior; a diferenciação da educação superior; desenvolvimento do bom exercício do poder, tanto ao nível interno como externo; necessidade de melhorar a educação para a ciência e para a tecnologia; e ênfase nas melhorias dos currículos de educação geral, adaptando-os às demandas dos estudantes. (BORGES, 2010, p. 371).

Essas novas direções estão amparadas ainda mais no atendimento às demandas do mercado capitalista quando indicam, por exemplo, que a melhor qualidade do Ensino Superior promove crescimento econômico e formação de liderança e profissionais com conhecimentos especializados (BANCO MUNDIAL, 2000). No documento é possível verificar, de forma clara, que as orientações propostas pelo Banco Mundial estão pautadas na necessidade de atender a todos os interessados pelo crescimento do Ensino Superior:

Talvez el punto de partida más natural para una reforma de la educación superior sea estructurar un sistema racional, basado en hechos verificables y supuestos bien fundamentados. Para lograr esta reforma, hay que establecer un diálogo documentado y transparente entre todos los interesados: los educadores, la industria, el gobierno, los futuros estudiantes y otros. (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 109).

Nesse sentido, entende-se que a proposta de ampliação de investimento e a maior visibilidade para a educação superior sugerida pelo Organismo nesse último documento, permanece consubstanciada nos ideais capitalistas, com a intenção de atender a demanda

daqueles que se favorecem com a acumulação de capital, buscando apoiar o mercado que prima por força de trabalho capacitada e necessária para maior produção e crescimento econômico.

No Brasil, após a publicação desse último documento nos governos petistas (Lula e Dilma), o receituário neoliberal também foi seguido, no entanto, as políticas públicas para a educação foram implementadas de forma mascarada e, apesar de indicar o atendimento das demandas sociais, foi orientado a partir de uma lógica mercantilista.

Como exemplo, a expansão do acesso ao Ensino Superior apresentou-se como uma tentativa do Estado, em resposta às lutas de movimentos sociais, de difundir um discurso de igualdade de oportunidades às camadas populares, mas, amparada nas práticas e tendências neoliberais e mercantilistas acabaram por convergir com a estratégia que apenas reforça a intenção principal de reformulação do Estado, pautada nas orientações de organismos internacionais. Estudos realizados por Ristoff e Giolo (2006) apontam que a história da expansão da educação superior no Brasil está diretamente relacionada ao incremento do setor privado neste nível de formação, especialmente a partir da segunda metade dos anos de 1990, do século XX.

Quanto às estratégias utilizadas pelo Estado para expansão do Ensino Superior, verifica-se que estas não ficaram restritas às instituições privadas por meio dos Decretos que mudaram o ordenamento jurídico, mas também, foram desenvolvidas nas instituições públicas, principalmente por planos que buscavam a ampliação das vagas, sem considerarem a real necessidade de investimento em estrutura e pessoal, como foi verificado através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) amparada pelo Decreto nº 5.800, de junho de 2006. Silva Júnior (2017), em estudo realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresenta que os planos de implementação da ampliação das vagas na Universidade através do REUNI e da UAB representou a precarização e a intensificação do trabalho docente, uma vez que a partir da visão gerencial e produtivista foi estabelecida a ampliação de cursos e vagas, sem expandir o quadro de professores e sem os investimentos necessários em infraestrutura.

Dessa forma, as estratégias utilizadas pelo Estado para a expansão do Ensino Superior, amparados em práticas mercantis, percorreu um caminho que gerou muitos questionamentos, reforçando que a intencionalidade da ação não se constituiu com a visão da educação como direito, mas como mercadoria. A reformulação do Ensino Superior,

pautada no receituário neoliberal, forjou uma falsa ideia de que as políticas desenvolvidas primavam pela democratização do acesso. Ao contrário, verificou-se um compromisso com uma dimensão econômica e produtivista de mercado em que a universidade constitui a base de crescimento da economia, sendo responsável pela formação da força de trabalho demandada pela sociedade. (BORGES, 2010).

Percebe-se, desse modo, o alinhamento das reformas impostas ao funcionamento do Ensino Superior brasileiro com as recomendações do Banco Mundial evidenciadas nas políticas de governo, que se comprometeram com os ideais neoliberais, como justificativa para a superação da crise do capital. Nesse sentido, a Reforma do Estado foi estabelecida a partir da lógica do capital tendo em vista o atendimento à demanda mercantil, que representou uma adequação à nova tendência neoliberal ao estabelecer que “a maciça participação do mercado na promoção de serviços de interesse público, a exemplo da saúde e da educação, é expressão das permanentes metamorfoses da reprodução e da acumulação capitalista” (ARAÚJO, 2016, p. 94).

Nesse contexto em que o Ensino Superior tem sido ofertado, é possível perceber que o caminho percorrido compromete aspectos que são necessários para a manutenção de uma educação que preza pela qualidade do ensino, pesquisa e extensão. A visão capitalista adotada no campo educacional demonstra a tendência em fortalecer o mercado em detrimento da ampliação da educação como um direito, afastando-a assim cada vez mais, da garantia da gratuidade da educação pública.

Para Sguissardi (2015) nas últimas décadas foi feito um esforço visando a expansão quantitativa da educação sem considerá-la como um direito público, apenas como uma mercadoria. Assim, enquanto a política de expansão e ampliação for estruturada a partir dos ideais neoliberais e de acumulação do capital, alinhada com as orientações dos organismos internacionais, o ensino superior estará condicionado apenas a atender uma demanda mercantil sem impedimentos ou embates.

Considerações Finais

O Ensino Superior para a economia de um país certamente possui grande valor, no entanto, a sua relação com aspectos sociais e culturais, bem como seu papel na formação de indivíduos críticos devem ser prioritariamente defendidos, como argumenta Lima (2010) ao se opor ao modelo de educação superior que defende a formação neoprofissional, a partir de

um paradigma economicista que “concorrem para formar cada vez mais sujeitos sem formação” (LIMA, 2010, p. 124).

Dessa forma, apoiando-se na defesa de se formar um indivíduo para o mundo, com visão crítica, infere-se quanto ao dever de os governos investirem no Ensino Superior, de maneira que permitam condições de formação diferenciada aos sujeitos que nela estão matriculados, não devendo, portanto, limitar apenas a formação do indivíduo para o mercado de trabalho.

A dimensão econômica quando inserida na educação gera implicações que afetam diretamente na qualidade do ensino, alterando inclusive, o perfil do estudante, que passa a ser determinado não pelo desejo da formação do indivíduo, mas pela necessidade de aceitação do mercado de trabalho. O estudante passa a buscar pela vaga no curso que lhe permita ser um potencial trabalhador com emprego.

Com a ideia central baseada na formação para o mercado, passa-se a desconsiderar a importância do desenvolvimento do ensino atrelado à pesquisa e extensão, causando o comprometimento do nível de formação do aluno. Esse é, pois, um desafio real no campo da educação superior, sendo necessário vencer as barreiras impostas pelo neoliberalismo, buscando ao mesmo tempo, a ampliação do acesso sem causar comprometimento na qualidade do ensino e no desenvolvimento da pesquisa.

Referências

ARAÚJO, Rhoberta Santana. Expansão do ensino superior e desenvolvimentismo: limites e contradições sob a hegemonia do capital. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 6, n. 16, jan./abr., 2016.

BRASIL. **Decreto nº 2.306, de 19 de Agosto de 1997**. Regulamenta o Sistema Nacional de Ensino. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2306-19-agosto-1997-437195-norma-pe.html>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Brasília, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Brasília, 2007.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior:** las lecciones derivadas de la experiência. Washington, 1995.

BANCO MUNDIAL. **La educación superior en los países endesarollo:** peligros y promesas. Washington, 2000.

BORGES, Maria Creusa De Araújo. A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. **RBPAAE**, v. 26, n. 2, p. 367-375, mai./ago., 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. **Revista Lua Nova**, nº 45, 1998.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro, 2002.

LIMA, Iracema Oliveira. **Autonomia Universitária Controlada:** o político e o jurídico institucional na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, 2010.

NEVES, Fátima Maria; COSTA, Célio Juvenal. A importância da história da educação para a formação dos profissionais da educação. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, n. 1, jan./abr., 2012.

PASSARELLI, HUGO. Universidade para todos não existe. **Revista Valor Econômico**, ano 19,77, 26, 27 e 28 jan., 2019. Disponível em: www.valor.com.br. Acesso em: 02 mar. 2019.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. Introdução: A educação superior no Brasil - panorama geral. In: RISTOFF, D.; GIOLO, J. (Orgs.). **Educação superior brasileira 1991-2004**. Brasília, DF: INEP, 2006.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **The New Brazilian University A busca por resultados comercializáveis: para quem?** 1. ed. – Bauru: Canal 6, 2017.

SILVA JR., João dos Reis e Sguissardi, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil:** reformas do Estado e a mudanças na produção. Editora Cortez, 2001.

SGUISSARD, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, out.-dez., 2015.